

Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo

CEAGESP



**POLÍTICA DE TRANSAÇÕES
COM PARTES RELACIONADAS**

Atualização: Dezembro/2021

POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com o art. 8º, inciso VII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e com o art. 13, inciso VII, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP, subscreve a presente Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada em sua reunião realizada no dia 09 de dezembro de 2021.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ: 62.463.005/0001-08 NIRE: 3530002780-9

Sede: Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946 – Vila Leopoldina – São Paulo – SP

Tipo de Estatal: Empresa Pública vinculada ao Ministério da Economia

Acionista Controlador: União

Tipo Societário: Sociedade Anônima

Tipo de Capital: Fechado

Abrangência de atuação: Território Nacional

Setor de atuação: Abastecimento (Entrepostagem e Armazenagem)

Diretor Administrativo e Financeiro: Glauco Tsuneimatu

Telefone: (11) 3643-3701

E-mail: glauco.tsuneimatu@ceagesp.gov.br

Auditor Interno: Renato Pereira de Almeida

Telefone: (11) 3643-3963

E-mail: renato.almeida@ceagesp.gov.br

Auditor Independente da Companhia em 2021:

RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CNPJ: 13.098.174/0001-80

Responsável Técnico: Roger Maciel de Oliveira – CRC: RS-071505/O-3

CPF: ***.384.350-**

E-mail: roger@russellbedford.com.br

Conselho de Administração - Subscritores da Política

Nome: Newton Araújo Silva Júnior

CPF: ***.261.351-**

Nome: Heitor Freire de Abreu

CPF: ***.425.528-**

Nome: João Claudio de Lima

CPF: ***.826.838-**

Nome: Alano Roberto Santiago Guedes

CPF: ***.014.705-**

Nome: Marcus Vinícius Morelli

CPF: ***.441.126-**

Diretoria-Executiva - Subscritores

Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araujo

Diretor Presidente

CPF: ***.035.098-**

Glauco Tsuneimatu

Diretor Administrativo e Financeiro

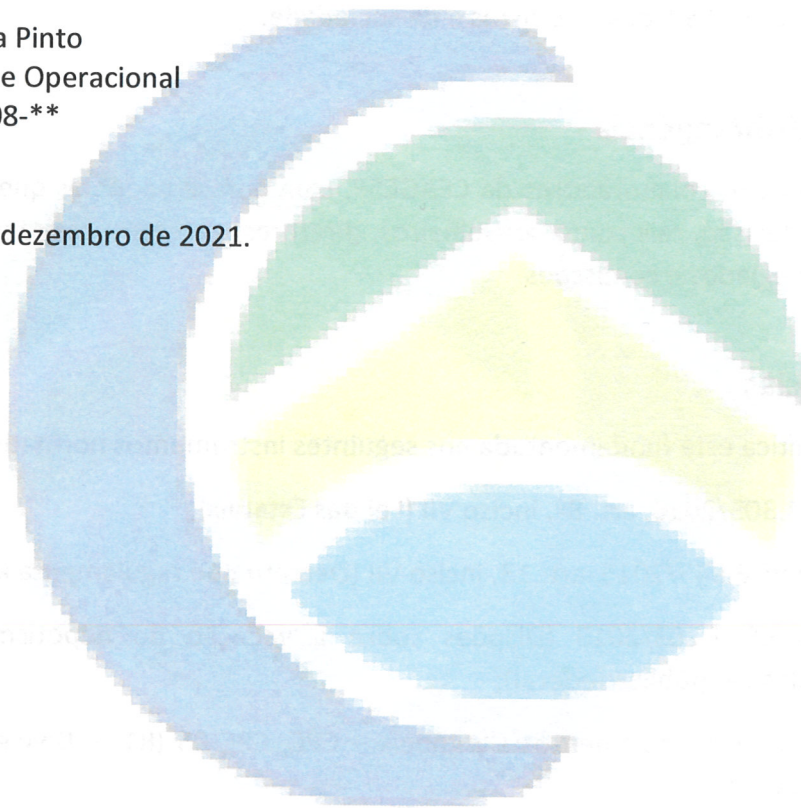
CPF: ***.625.878-**

Antônio Ferreira Pinto

Diretor Técnico e Operacional

CPF: ***.832.908-**

São Paulo, 09 de dezembro de 2021.



A Lei nº 13.303/2016, art. 8º, inciso VII, e o Decreto nº 8.945/2016, art. 13, inciso VII, determinam a “*elaboração e divulgação de política de transações com partes relacionadas, em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, que deverá ser revista, no mínimo, anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração*”.

1. Objetivo

A Política de Transações com Partes Relacionadas foi elaborada nos termos da legislação em vigor e estabelece os procedimentos a serem observados quando da ocorrência de Transações com Partes Relacionadas, de modo a assegurar que as decisões envolvendo tais situações sejam direcionadas, sempre, com vistas ao interesse da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP, dos acionistas e da sociedade.

2. Alcance/Abrangência

Aplica-se a todos os colaboradores da CEAGESP, com ênfase naqueles que possuem poderes delegados de decisão, tais como conselheiros, diretores, gerentes, coordenadores, membros de comitês, colegiados e comissões.

3. Referências

A presente Política está fundamentada nos seguintes instrumentos normativos e instrucionais:

- a) Lei nº 13.303/2016, art. 8º, inciso VII (Lei das Estatais);
- b) Decreto nº 8.945/2016, art. 13, inciso VII (Decreto que regulamenta a Lei das Estatais);
- c) Decreto nº 7.203/2010 (Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal);
- d) Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- e) Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC – Carta Diretriz sobre Transações entre Partes Relacionadas;
- f) Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa, de junho 2002;
- g) Código ABRASCA de Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas;
- h) Deliberação CVM nº 642/2010, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis;
- i) Lei nº 6.404/1976 que dispõe sobre as Sociedades por Ações;
- j) Estatuto Social da Ceagesp; e
- k) Código de Conduta Ética e Integridade da CEAGESP.

4. Definições

Os seguintes termos são utilizados neste documento, com os significados abaixo especificados:

Parte Relacionada: é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a Companhia que está elaborando suas demonstrações contábeis.

- a) União;
- b) Colaboradores da CEAGESP (empregados, terceirizados, avulsos, estagiários, etc.);
- c) Rede de Entrepостagem e Armazenagem da CEAGESP (capital e interior);
- d) Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria Estatutário da CEAGESP;
- e) Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, municipais, estaduais e nacional;
- f) Órgãos de controle do Estado;
- g) Fornecedores de serviços ou produtos para a CEAGESP;
- h) Entidades representativas, associações e cooperativas, que tenham atividades relacionadas às áreas de atuação da CEAGESP;
- i) Comunidade Acadêmica;
- j) Imprensa;
- k) Organismos e foros internacionais, que tenham atividades relacionadas às áreas de atuação da CEAGESP;
- l) Entidades do terceiro setor, que tenham atividades relacionadas às áreas de atuação da CEAGESP;
- m) Para fins de combate ao nepotismo e prevenção de conflitos de interesses, os familiares de empregados e colaboradores da CEAGESP, bem como membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia são considerados partes relacionados à CEAGESP;
- n) Uma pessoa, ou um membro próximo de sua família, está relacionada com a entidade que reporta a informação se:
 - (i) tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação;
 - (ii) tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; ou
 - (iii) for membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação.
- (b) Uma entidade está relacionada com a entidade que reporta a informação se qualquer das condições abaixo for observada:
 - (i) a entidade e a entidade que reporta a informação são membros do mesmo grupo econômico (o que significa dizer que a controladora e cada controlada são inter-relacionadas, bem como as entidades sob controle comum são relacionadas entre si);
 - (ii) a entidade é coligada ou controlada em conjunto (joint venture) de outra entidade (ou coligada ou controlada em conjunto de entidade membro de grupo econômico do qual a outra entidade é membro);

- (iii) ambas as entidades estão sob o controle conjunto (joint ventures) de uma terceira entidade;
- (iv) uma entidade está sob o controle conjunto (joint venture) de uma terceira entidade e a outra entidade for coligada dessa terceira entidade;
- (v) a entidade é um plano de benefício pós-emprego cujos beneficiários são os empregados de ambas as entidades, a que reporta a informação e a que está relacionada com a que reporta a informação. Se a entidade que reporta a informação for ela própria um plano de benefício pós-emprego, os empregados que contribuem com a mesma serão também considerados partes relacionadas com a entidade que reporta a informação;
- (vi) a entidade é controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto, por uma pessoa identificada na letra (a);
- (vii) uma pessoa identificada na letra (a)(i) tem influência significativa sobre a entidade, ou for membro do pessoal chave da administração da entidade (ou de controladora da entidade).

Transações com partes relacionadas: transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida. Em geral, a possibilidade de contratar em condições que não as de comutatividade e independência, se dá entre entidades nas quais uma delas, ou seus acionistas controladores, detém participação a lhes assegurar preponderância nas deliberações sociais da outra.

Condições de Mercado: aquelas para as quais foram respeitados o tratamento equitativo, a transparência, a boa fé e a ética dos participantes na transação, de forma a possibilitar que estes possam apresentar suas propostas de negócio dentro das mesmas regras, práticas de mercado, condições e premissas, com deveres e obrigações usualmente acordados com os demais clientes, fornecedores e prestadores de serviços da empresa, que não sejam Partes Relacionadas.

Conflito de Interesses: Ocorre nas situações em que se verificam interesses secundários de uma pessoa que esteja envolvida em uma decisão de interesse da empresa a qual ele tem o dever de lealdade – seu interesse primário. Esses interesses podem estar relacionados tanto a ganhos financeiros quanto à obtenção de vantagens de outras naturezas, sejam elas em benefício próprio ou de pessoas de seu relacionamento.

5. Princípios

Os Princípios da Política de Transações com Partes Relacionadas desta Companhia têm como alicerce os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, constantes da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, com os quais essa Política deve estar em consonância:

- a) **Competitividade:** Os preços e as condições dos serviços na contratação de partes relacionadas devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado (taxas, prazos e garantias);
- b) **Conformidade:** os serviços prestados devem estar aderentes aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia;
- c) **Transparência:** é imperativo que se dê a devida transparência aos contratos realizados pela Companhia com partes relacionadas. As informações destas transações devem ser disponibilizadas às partes interessadas e não devem se restringir àquelas impostas por leis e regulamentos;
- d) **Equidade:** contratos entre Companhia e o controlador ou partes relacionadas devem estar alinhados aos interesses de todos os sócios e demais partes interessadas;
- e) **Comutatividade:** as Transações com Partes Relacionadas consideradas válidas e legítimas são aquelas que geram proveito a ambas as partes.

6. Diretrizes

O relacionamento da CEAGESP com as partes relacionadas deve guiar-se pelos valores da empresa e orientar-se pelas seguintes diretrizes:

- a) Na avaliação da negociação deve ser considerada a forma como a Transação com Partes Relacionadas foi proposta, estruturada, deliberada, aprovada e divulgada;
- b) Todos os fatores relevantes devem ser avaliados, como por exemplo, riscos reputacionais, a relação de troca, adequação da metodologia de avaliação dos ativos envolvidos, razoabilidade das projeções e verificação das alternativas disponíveis;
- c) Os administradores devem avaliar e negociar Transação com Partes Relacionadas de maneira efetiva e independente. Análises técnicas adequadas e tempestivas devem ser disponibilizadas aos responsáveis pela avaliação;
- d) Contratos entre a Companhia e partes relacionadas devem ser formalizados por escrito, com detalhes das suas principais características, tais como direitos, responsabilidades, qualidade, preços, encargos, prazos, indicativos de comutatividade e outras necessárias. Esses contratos devem estar alinhados aos interesses dos acionistas e não poderão, sob nenhuma hipótese, ser baseados em faturamento/receita;
- e) É fundamental que os administradores e membros de comitês, quando envolvidos em Transações com Partes Relacionadas, empreguem seus melhores esforços na análise e negociação dessas transações, com o objetivo de criar valor para a organização como um todo;
- f) A transparência das condições de contratação das Transações com Partes Relacionadas é essencial, pois, permite seu monitoramento;

- g) É dever dos administradores exercer o controle preventivo de admissibilidade de Transações com Partes Relacionadas, mediante a verificação inicial de sua razoabilidade e da adequação do mecanismo decisório adotado;
- h) O dever de diligência dos administradores lhes atribui a responsabilidade de monitorar, investigar e examinar de maneira informada, refletida e desinteressada a Transação com Partes Relacionadas proposta em relação às alternativas disponíveis no mercado e optar por aquela que melhor atenda ao interesse da Companhia.

7. Práticas Vedadas

A CEAGESP possui um Código de Conduta Ética e Integridade, onde não permite qualquer conduta antiética, atos de corrupção ou situações de conflito de interesses envolvendo seus agentes e partes relacionadas. Portanto, fica vedado:

- a) Prejudicar a reputação de colegas, superiores hierárquicos ou subordinados por meio de julgamentos preconceituosos, falso testemunho, informações não fundamentadas ou qualquer outro subterfúgio.
- b) Praticar qualquer ato que possa caracterizar assédio moral e/ou sexual.
- c) Praticar qualquer ato que possa caracterizar abuso de poder, intimidação, falta de respeito e/ou consideração ou qualquer outro tipo de agressão física ou verbal.
- d) Praticar qualquer ameaça verbal ou qualquer expressão de hostilidade, agressão ou trotes.
- e) Utilizar equipamentos pessoais para armazenar ou transportar informações da CEAGESP.
- f) Utilizar os meios eletrônicos da empresa - e-mail, telefone, correio de voz, dentre outros - para envio ou recebimento consciente de piadas, correntes, conteúdo pornográfico e arquivos como fotos e vídeos com conteúdo particular.
- g) Fornecer a terceiros sem nenhuma relação com a CEAGESP documentos da empresa que possam prejudicar os interesses da Companhia.
- h) Promover alterações na configuração de computadores ou notebooks da CEAGESP.
- i) Armazenar conteúdo particular em computadores e na rede da CEAGESP.
- j) Efetuar downloads de programas da Internet sem autorização prévia da área de informática, bem como instalar e utilizar softwares não homologados, jogos, filmes, séries, músicas, e qualquer outro item de entretenimento.
- k) Fornecer a terceiros documentos da CEAGESP, que possam prejudicar os interesses da Companhia.
- l) Utilizar os serviços internos e/ou prestados à CEAGESP como, por exemplo, correios, cartórios, motoristas, motoboys, dentre outros, para fins pessoais de qualquer tipo.

- m) Transportar ou portar armas de qualquer espécie, salvo profissionais devidamente autorizados.
- n) Transportar cargas de terceiros e animais nos veículos de trabalho da CEAGESP.
- o) Gravar ou tomar imagens de funcionários, instalações de trabalho, telas de computador, relatórios ou qualquer outra situação que não seja para uso no estrito interesse da CEAGESP.
- p) Divulgar informações sobre a CEAGESP para a imprensa, entidades governamentais, clientes, dentre outros, sem prévia autorização da área responsável e/ou da Diretoria.
- q) Compartilhar informações confidenciais da CEAGESP em redes públicas ou privadas, assim como comentários sobre quaisquer tipos de assuntos internos.
- r) Divulgar informações da CEAGESP nas redes sociais, exceto nos casos de compartilhamento de posts feitos pela própria Companhia em mídias oficiais.
- s) Tomar partido em questões que possam trazer risco à imagem e reputação da CEAGESP.
- t) Praticar atos que possam causar danos à saúde e constrangimentos, tais como uso de drogas ilícitas ou bebidas alcoólicas, durante a jornada de trabalho.

8. Responsabilidades

O Comitê de Auditoria Estatutário é responsável por avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das Transações com Partes Relacionadas realizadas pela CEAGESP, bem como pela evidenciação dessas transações;

O Conselho de Administração é a instância responsável pela aprovação desta Política, que será revisada sempre que necessário ou, no mínimo, anualmente;

A Diretoria Executiva deve cumprir e executar os ritos da Política de Transações com Partes Relacionadas, bem como os processos para monitoramento e divulgação dessas operações;

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva devem certificar-se de que as operações entre a Companhia e suas partes relacionadas sejam formalizadas por escrito e em condições estritamente comutativas ou com pagamento compensatório adequado, compatível com as condições usuais de mercado;

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva devem promover ampla divulgação ao mercado dos contratos entre a Companhia e suas partes relacionadas quando a contratação configure ato ou fato relevante ou divulgação das Demonstrações Financeiras.

A Diretoria Administrativa e Financeira é responsável por manter atualizada e disponibilizar à administração da Companhia uma base de dados contemplando as pessoas com influência relevante e respectivos membros próximos e por estabelecer processo para a identificação de fornecedores que possuam, em seu quadro de administração, pessoas com influência relevante, e por encaminhar a transação para ser aprovada por órgão responsável.

9. Divulgação e Transparência

A divulgação será nas demonstrações financeiras da CEAGESP, em detalhes suficientes para a identificação das partes relacionadas, das condições essenciais ou não estritamente comutativas dessas transações, além de seus reflexos nas demonstrações financeiras, de forma a permitir ao acionista o exercício da faculdade de exercer seu direito de fiscalização e acompanhamento dos atos de gestão da Companhia, sem prejuízo do dever de promover sua ampla divulgação ao mercado, quando a contratação configure ato ou fato relevante.

A Companhia deverá também respeitar as exigências legais, especialmente da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), da Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), da Lei Anticorrupção Brasileira (Lei nº 12.846/2013), da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018) e as determinações de seus normativos Internos.

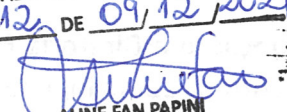
10. Disposições Gerais

É competência de cada área da CEAGESP, a partir da aprovação desta Política pelo Conselho de Administração da Companhia, monitorar, avaliar e documentar os resultados obtidos.

Com o objetivo de assegurar a competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, esta Política deverá ser revista, no mínimo, anualmente e apreciada junto ao Conselho de Administração da CEAGESP, órgão responsável por sua aprovação e alteração.

O descumprimento dos dispositivos desta Política implicará em apuração de responsabilidades e aplicação de sanções administrativas nos termos dos normativos internos da Companhia. A aplicação de sanções no âmbito administrativo não exclui as responsabilizações civil e/ou penal, se for o caso, que deverão ser buscadas pela CEAGESP nas instâncias cabíveis, para evitar danos e reverter prejuízos eventualmente causados pela inobservância deste instrumento.

A presente Política entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração e permanecerá vigente por prazo indeterminado, até que haja deliberação pelo órgão competente em sentido contrário.

APROVADO NA REUNIÃO DO CONSAO
Nº 12 DE 09/12/2021

ALINE FAN PAPINI
Gabinete da Presidência/Assuntos Institucionais